

**AO DOUTO CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS
GERAIS – TCE/MG.**

Processo nº. 1184841

O CIMINAS, vem, por meio deste, em cumprimento ao despacho exarado, comprovar a revogação do processo licitatório atacado (documento anexo).

**1. DA PERDA DO OBJETO. REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL ORA
QUESTIONADO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.**

Apesar do esforço empreendido pela denunciante na apresentação da presente denúncia, exigindo do Tribunal de Contas de Minas Gerais o processamento da questão apresentada, é de suma importância que se reconheça a perda do objeto do presente feito.

Isso porque, considerando os questionamentos previamente apresentados, em evidente valoração do Princípio da Autotutela, o Consórcio decidiu por revogar a licitação denunciada, conforme comprova documento anexo.

A perda do objeto se identifica como a superveniência de falta de interesse de agir, condição indispensável para a ação, nos termos do art. 17, do CPC

Tal situação acontece pela superveniente falta de interesse processual ou pela obtenção da satisfação da pretensão do autor, que passa a não mais necessitar da intervenção do Estado-Juiz ou pelo fato de a prestação jurisdicional buscada não lhe ser mais útil, mormente pela modificação das condições de fato e de direito que

deram azo ao pedido inicial.

É, portanto, o que se verifica no caso em tela quando da anulação do certame, tão logo detectada divergência do entendimento do Tribunal de Contas quanto as certificações exigidas.

Em sendo assim, o que se teve no caso em tela foi o pleno exercício do poder-dever de autotutela, revisando atos por si próprio editados e que possam estar contaminados com ilegalidades ou desnecessidades, o que foi constatado após análise técnica e detalhada.

O Princípio da Autotutela Administrativa significa que a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos, seja para anulá-los por vício de legalidade, seja para revogá-los por questões de conveniência e de oportunidade, conforme previsão contida nas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como no art. 53 da Lei nº 9.784/99 e art. 49 da Lei 8.666/93:

Súmula 346 STF - A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473 STF - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Lei Federal n.º 9.784/99

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos,

quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos

Lei n. 8.666/1993

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devida

A autotutela, portanto, designa o poder-dever de corrigir ilegalidades e garantir o interesse público dos atos editados pela própria Administração, sendo limitada pela segurança jurídica e boa-fé dos particulares.

Nesse sentido, tem-se praticada a anulação de ato administrativo quando constatada sua ilegalidade, ou seja, quando editado em desconformidade com a ordem jurídica. Por outro lado, tem-se praticada a revogação de ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, ocasião em que a própria Administração Pública reavalia o mérito do ato, que necessariamente deve ser discricionário.

Na jurisprudência do TCE-MG está consolidado o entendimento de que a anulação ou revogação de ato editado pela Administração Pública, com base na prerrogativa da autotutela, torna dispensável o prosseguimento da ação de controle externo, uma vez que as consequências afetas ao ato revogado perdem a sua potencialidade lesiva quando não mais produzem efeitos no mundo jurídico. Por consequência, o processo em tramitação nesta Corte deve ser extinto sem resolução de mérito por perda de objeto.

O entendimento jurisprudencial pode ser exemplificado pela decisão

recente deste Egrégio TCE-MG colacionada abaixo:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. MEDIDA CAUTELAR. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. IRREGULARIDADES NO EDITAL. REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. JUÍZO DISCRICIONÁRIO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO. PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA. PERDA DO OBJETO EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.1. **Pelo princípio da autotutela, a Administração pode anular seus próprios atos, se constatar vício que os torne ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.**2. **A anulação ou revogação da licitação resulta na perda de objeto do processo em tramitação neste Tribunal e, por conseguinte, na sua extinção, sem resolução de mérito.** [DENÚNCIA n. 1121075. Rel. CONS. DURVAL ANGELO. Sessão do dia 13/06/2023. Disponibilizada no DOC do dia 03/07/2023. Colegiado. PRIMEIRA CÂMARA.]. Grifo nosso.

Ante ao exposto, estando a licitação que ensejou a instauração do presente feito revogada, ou seja, não produzindo mais efeitos tampouco existindo no ordenamento jurídico, não subsistem elementos necessários ao reconhecimento de ilegalidade ou incidência de sanção, em primazia ao adequado e efetivo exercício da Autotutela e a completa ausência de prejuízos à Administração Pública.

3. DOS PEDIDOS

Requer-se, assim, que seja recebida a presente manifestação e declarada a extinção do processo, sem resolução de mérito, bem como seja determinado o arquivamento dos autos, nos termos do inciso III do art. 176 c/c o § 3º do art. 196 e o parágrafo único do art. 305 da Resolução n. 12/2008, uma vez que ficou configurada a perda de objeto da denúncia, com a revogação da licitação denunciada, não subsistindo elemento suficientes a ensejarem a incidência de sanção.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Local e data da assinatura digital.

Welliton Aparecido Nazário
OAB/MG 205.575